

Universidade Federal de Ouro Preto
Programa de Pós-Graduação em História

Dissertação

**ENTRE BARREIRAS E BARRAGENS:
Escrevivência, história e o crime
da Barragem de Fundão
(Mariana, 2015)**

Marianna Andrade Melo

Mariana
2021



Marianna Andrade Melo

ENTRE BARREIRAS E BARRAGENS:
Escrevivência, história e o crime da Barragem de Fundão (Mariana, 2015)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História. Mariana, fevereiro de 2021.

Area de concentração: História do Tempo Presente

Orientador: Mateus Henrique de Faria Pereira

Mariana, 02 de novembro de 2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M528e Melo, Marianna Andrade.

Entre barreiras e barragens [manuscrito]: escrevivência, história e o crime da c(Mariana, 2015). / Marianna Andrade Melo. - 2021.
38 f.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira.
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Facebook (Rede social on-line). 2. Mariana (MG). 3. Barragens de rejeitos. I. Pereira, Mateus Henrique de Faria. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 93

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB62560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Marianna Andrade Melo

**ENTRE BARREIRAS E BARRAGENS:
Escrevivência, história e o crime da Barragem de Fundão (Mariana, 2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História.

Aprovada em 22 de fevereiro de 2021.

Membros da banca

Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr^a. Janete Flor de Maio Fonseca - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr^a. Anita Lucchesi - University of Luxembourg
Dr^a. Luísa Rauter Pereira - Universidade Federal de Ouro Preto

Mateus Henrique de Faria Pereira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 22 de fevereiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Henrique de Faria Pereira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/01/2022, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0266956** e o código CRC **B7F063DC**.

À minha mãe que despertou em mim o desejo da busca pelo conhecimento.
Às mulheres pretas que lutaram para que eu esteja onde estou.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um trabalho difícil, porém prazeroso. Envolve revirar as lembranças boas, ruins e engraçadas dos momentos que passamos. Foram oito anos de memórias, de trabalho, de amizades, de lágrimas e muito, muito aprendizado! Não apenas o aprendizado formal, acadêmico, mas o aprendizado de vida.

Agradeço, antes de todos, a Deus. Independente das contáveis vezes que perdi minha fé hoje sei que Ele nunca deixou de estar presente. Agradeço ao meu pai Obaluaê e minha Mãe Nanã que me ensinaram a ter paciência e a cuidar mais e melhor de mim para conseguir atingir meus objetivos. Agradeço ao Pai Joaquim das Almas, o Preto Velho que me ampara, aconselha e dá colo todas as vezes que a estrada fica longa demais. Ao Seu Tranca Ruas que me guiou por todas as estradas. Agradeço a todos os Guias e Orixás que intercederam por mim nos momentos difíceis que enfrentei nesses 8 anos de academia. Sem vocês eu não teria ido para lugar nenhum.

Ao Mateus: talvez eu nunca consiga retribuir o quanto você fez por mim nesses últimos anos. Além da gratidão por todo o conhecimento compartilhado, agradeço por ter confiado em mim. Sei que enfrentamos muitos altos e baixos pelo caminho até essa entrega, mas você sempre teve respeito, carinho, paciência e cuidado em todos os momentos delicados pelos quais passei. Tenho muito orgulho de ter sido orientada por você!

Obrigada a Marilete e Leticia que fundaram comigo a República do Predinho e se tornaram irmãs para a vida; a Broinha que derramou refrigerante em um notebook e me deu o maior e melhor presente de maricity: Larissa; a Regina que foi meu suporte, meu ombro, minha irmã, minha conselheira e, muitas vezes, o motivo de eu não desistir da academia. Um obrigada especial a Nay que, apesar de ter chegado na reta final, trouxe toda leveza e amor necessários para minha vida.

Agradeço a todas as pessoas que de alguma forma fizeram parte dessa caminhada e, mesmo que não cite o nome delas aqui, tenho certeza de que saberão que se cheguei até aqui foi porque elas estiveram presentes.

SUMÁRIO

Resumo	8
Abstract.....	9
Apresentação: uma dissertação em podcast.....	10
Uma tragédia anunciada	10
Entre barragens... ..	13
... Entre barreiras.....	20
O compartilhamento e o direito de memória	22
A dialética entre afeto e liberdade de expressão e verdade no <i>facebook</i>	27
Conclusão: a opinião na palma das mãos	31
Bibliografia.....	36

Resumo

O crime de 5 de novembro de 2015 iniciado na cidade de Mariana ainda se faz presente na vida de dezenas de milhares de pessoas que tiveram suas vidas transformadas pela lama tóxica da empresa Samarco. Desde o rompimento da barragem de Fundão presenciamos uma espécie de guerra de narrativas travada pela população atingida, a empresa e os meios de comunicação e as produções acadêmicas. Desde a consolidação da História como ciência, em meio a falsificações, manipulação de documentos e ocultação de fatos, o papel do historiador nunca se mostrou tão desafiador quanto na contemporaneidade. Com o advento tecnológico as formas de narrativizar foram dinamizadas e pluralizadas ao ponto de a violência ser confundida com liberdade de expressão, silenciando muitas vezes as vítimas de crimes como o da barragem de Fundão. Ocultação de informações e manipulação dos fatos tornaram-se ainda mais acessíveis e permitiu que a memória fosse editada de acordo com as demandas do presente. Nesta dissertação busco abordar três das várias motivações que me levaram ao estudo da história do tempo presente. 1) Através da escrevivência criar uma interlocução entre a narrativa historiográfica e a historiadora que a produz, refletindo assim sobre a humanização das produções acadêmicas e as diversas dinâmicas possíveis dentro da História do tempo presente; 2) refletir acerca da ampliação das formas de comunicação e das estratégias de democratização do conhecimento da história através do uso das tecnologias digitais disponíveis; 3) Abordar as tensões sociais e políticas no ambiente digital a partir da análise dos discursos veiculados no *facebook* acerca do crime da Barragem de Fundão.

Palavras chave: Barragem de Fundão, *Facebook*, História do tempo presente, Escrevivência

Abstract

The crime of November 5, 2015, which began in the city of Mariana, is still present in the lives of tens of thousands of people whose lives were transformed by the toxic sludge of the Samarco company. Since the rupture of the Fundão dam, we have witnessed a kind of war of narratives waged by the affected population, the company and the media and academic productions. Since the consolidation of History as a science, in the midst of falsifications, manipulation of documents and concealment of facts, the role of the historian has never been as challenging as in contemporary times. With the advent of technology, the ways of narrativizing were dynamized and pluralized to the point that violence was confused with freedom of expression, often silencing victims of crimes such as the Fundão dam. Concealment of information and manipulation of facts became even more accessible and allowed memory to be edited according to the demands of the present. In this dissertation I seek to address three of the various motivations that led me to study the history of the present time. 1) Through *Escrevivência*, create a dialogue between the historiographical narrative and the historian who produces it, thus reflecting on the humanization of academic productions and the various possible dynamics within the History of the present time; 2) reflect on the expansion of forms of communication and strategies for the democratization of knowledge of history through the use of available digital technologies; 3) Address the social and political tensions in the digital environment from the analysis of the speeches published on facebook about the crime of the Fundão Dam.

Keywords: Fundão Dam, Facebook, History of the presente time, *Escrevivência*.

Apresentação: uma dissertação em podcast

O presente trabalho pretende contribuir para a ampliação das formas de comunicação e de democratização da história (PEREIRA; BIANCHI; ABREU, 2018). Nesse sentido, o trabalho foi apresentado em forma de *podcast*, tendo em vista uma autorização do colegiado do PPGHIS/UFOP. Esta opção também foi uma forma de manifestação acadêmica frente ao atual contexto político e social.¹

O trabalho se encontra disponível no seguinte endereço e foi dividido em 10 episódios: <https://soundcloud.com/marianna-andrade-melo/sets/entre-barreiras-e-barragens>.

Para completar a reflexão realizada ali nesta apresentação retomo algumas das dimensões teóricas que fundamentaram o trabalho.

Uma tragédia anunciada

No dia 5 de novembro de 2015, entre 15h15 e 15h30 começa o desespero de milhares de famílias brasileiras, atingidas por um *tsunami* composto por lama, rejeitos de minério, carros, árvores, escombros e animais mortos. Deu-se início ao que seria o maior desastre ambiental da história do Brasil e um dos maiores desastres mundiais em se tratando de barragens de rejeitos.

O início dessa tragédia começa bem antes de 2015, mais precisamente em 2008. Começaremos a narrativa sobre o crime de Fundão através da instalação da barragem no município de Mariana, situada a 35 km do centro do município e a apenas 6 km do subdistrito de Bento Rodrigues. A barragem de Fundão fazia parte de um complexo minerador cuja unidade se chama Germano, de propriedade da empresa Samarco que tem como governança as empresas Vale e BHP Billiton.

Inaugurada em 2008, a barragem de Fundão tinha como capacidade a estocagem de 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério, substância que a empresa Samarco definiu em seu livro comemorativo como um “lodo composto por argila e impurezas” (SERRA, 2018, p. 60) que pode comprometer a fertilidade do solo. Quando realizamos a visita ao site da

¹ Sobre o atual contexto político e social, ver, entre outros, (KLEM, PEREIRA e ARAUJO, 2020) e (PEREIRA, MARQUES e ARAUJO, 2020).

Samarco (SAMARCO, 2019), em fevereiro de 2019, constava que os rejeitos são compostos por uma “mistura de água, partículas de óxido de ferro e sílica ou quartzo” (SAMARCO, 2019), já em acesso posterior realizado em março de 2020, a empresa aponta que “é o que sobra do processo de beneficiamento do minério de ferro e é composto por minério de ferro, areia e água. Ele não é tóxico, corrosivo ou inflamável” (SAMARCO, 2020), mas durante análises realizadas pelo Instituto Mineiro de Gestão das águas (IGAM) constatou-se a presença de metais pesados como cádmio, arsênio, cromo, níquel, chumbo, mercúrio, manganês, alumínio e ferro em concentrações superiores ao limite legal.

No laudo, acerca da toxicidade das águas contaminadas pela lama, o IGAM apontou que a presença destes metais poderia ser fruto do revolvimento de materiais assentados no fundo do rio (INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, 2015, p. 14). Após três anos da tragédia, outro relatório produzido pelo Instituto atestou que as quantidades de metais pesados ainda estavam acima do considerado legal em todas as amostras recolhidas nos trajetos cursos d’água afetados. Sendo assim, não apenas a passagem da lama revolveu o fundo dos rios trazendo à tona metais sedimentados, mas a combinação dos metais presentes nos rejeitos danificou o ecossistema hídrico prejudicando de forma ainda incalculável a biota (INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, 2018, p. 53).

De acordo com a empresa Samarco, a barragem de Fundão foi construída seguindo a Política Nacional de Segurança de Barragens (BRASIL, 2010) e contava com inspeções regulares realizadas pela própria empresa e equipes de manutenção e monitoramento dispostas 24 horas por dia. Fato que entra em discordância com as apurações realizadas por Serra (2018). A autora aponta que houve a suspensão do funcionamento da barragem por diversas vezes pela dificuldade de drenagem (SERRA, 2018, p. 60). A jornalista coloca que, mesmo com as suspensões desde, sua abertura a produção cresceu em 2011 e, com ela, a estocagem de rejeitos.

A sequência de negligências que permitiu que a barragem de Fundão fosse implementada e continuasse funcionando expõe a fragilidade da regulamentação brasileira sobre a mineração além da ineficiência jurídica diante de crimes contra a população e o meio ambiente. Na edição especial de janeiro de 2018, a matéria publicada no Jornal da Unicamp por Joice Santos aponta que a possibilidade do rompimento é conhecida pela empresa Samarco desde 2013 e que o Ministério Público de Minas Gerais descobriu que a empresa havia sido notificada acerca do risco em anos anteriores, porém nada efetivamente foi feito

para que o desastre fosse evitado. Segundo Santos, o projeto entregue para a construção da barragem continha dados superficiais e, ainda assim, foram aceitos pela Fundação Estadual do Meio Ambiente sem qualquer questionamento.

Mesmo após ser notificada, ainda em 2013, a Samarco obteve o deferimento da Licença Prévia e de Instalação para a unificação e alteamento das barragens de Germano e Fundão. As licenças foram deferidas sem que diversos itens estivessem em conformidade, mostra o parecer emitido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (BRASIL, 2013). Outro problema levantado pelo *Jornal da Unicamp* trata de uma pilha de rejeitos de propriedade da Vale que acabou se tornando um problema no mesmo ano; a pilha de rejeitos gerava excesso de pressão da água produzida pelos rejeitos próximos a barragem e poderiam comprometer a segurança da barragem de Fundão, sendo necessário drenar a área. Posteriormente a Samarco foi informada sobre rachaduras em sua estrutura e o início do escorrimento de rejeitos pela barragem. Mais problemas são listados na publicação feita por Joice Santos, o que comprova um emaranhado de descaso e negligências, tanto por parte do poder público quanto por parte da empresa.

Após compreendermos o processo em que se deu a construção e implementação da barragem, passemos ao seu rompimento. No dia 5 de novembro de 2015, 16h: a barragem se rompe. O paredão de rejeitos que segurava a parte semilíquida se desfez levando a barragem de Santarém que, por ser composta por água, atribui força e velocidade aos rejeitos de Fundão. Embora parte do conteúdo de Fundão tenha sido represado em Santarém, não foi o suficiente para evitar que cerca de 62 milhões de m³ devastasse milhares de vidas.

Bento Rodrigues, distrito da cidade de Mariana, em Minas Gerais, foi a primeira comunidade destruída. A cidade se localizava a apenas dois quilômetros e meio da barragem pela qual os rejeitos passaram e foi engolida pela lama vermelha. Em torno de 600 pessoas – 225 famílias, de acordo com a Fundação Renova² – residentes no distrito foram violentamente arrancadas de seus lares, sem direito aos seus bens materiais, a suas memórias e, em alguns casos, a seus entes queridos. Após o rompimento da barragem, a população foi transferida

² A Fundação Renova foi criada pela iniciativa da Samarco, Vale, BHP, Governo Federal, de Minas Gerais, Espírito Santo e outras entidades governamentais, após o rompimento da barragem, com o objetivo de atuar na reparação dos impactos sociais, naturais e econômicos causados pelo desastre. Disponível em: <<http://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>>. Acessado em Setembro de 2017

para a Arena de Mariana – um pequeno estádio coberto onde são realizadas atividades esportivas e culturais – onde receberam atendimento médico, roupas, água e alimentos.

Após atingir Bento Rodrigues foi a vez de Paracatu de Baixo; 140 famílias e suas vidas desceram juntamente com a lama contaminada. O mar de lama desembocou no rio Gualaxo do Norte, atingindo as cidades de Gesteira e Barra Longa e, posteriormente, matou o Rio Doce. A Lama vitimou cerca de 230 municípios entre Minas Gerais e o Espírito Santo até seu destino: o mar.

Entre barragens...

As consequências para a população de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Gesteira e Barra Longa não se detiveram apenas na perda de seus bens materiais. Após o rompimento, as famílias passaram por um longo período de transição até que a Samarco providenciasse imóveis alugados para que aguardassem até que os distritos fossem reconstruídos. O processo de realocação dessas famílias de hotéis para imóveis alugados se mostrou longo e doloroso; após um mês da tragédia, das 225 famílias desabrigadas, apenas 51 estavam em residências provisórias (ESTADÃO, 2016). O restante encontrava-se disperso em hotéis na região.

Além da violência do desterramento, a pulverização das comunidades atingidas agravou o processo traumático vivenciado pela população; dor, insegurança e medo foram palavras recorrentes nos depoimentos. Conhecidos desaparecidos, instabilidade diante do futuro e ruptura do convívio atuaram não somente como agentes de desestabilização desta população, mas também como fatores de impedimento à elaboração do acontecimento e à manutenibilidade do sofrimento. O descaso da justiça brasileira está marcado na fala de Andreia Sales, Maria Quintão e Milton Silva onde o desejo de punição dos responsáveis não se trata de uma revanche ou vitimismo, mas da necessidade de um fim a uma história que se arrasta desde 2008.

A mineração é um dos principais pilares econômicos das cidades de Mariana e Ouro Preto desde o século XVIII. Ouro Preto se mostra um pouco menos dependente do extrativismo mineral, tendo sua economia aquecida também pelo turismo religioso e histórico. A cidade de Mariana viu sua economia se desenvolver amplamente apoiada na extração de minério; de acordo com o prefeito Duarte Júnior “Du”, a arrecadação através da atividade minerária

representa cerca de 80%, valor que, em números, é de aproximadamente 14,5 milhões por mês.

Após o rompimento da barragem a empresa Samarco suspendeu o funcionamento e concedeu férias coletivas aos funcionários. Posteriormente, em 2016, a empresa lançou um Programa de Demissões Voluntárias (PDV) que oferecia benefícios para quem se desligasse voluntariamente da empresa. Em novembro do mesmo ano, 1.078 funcionários foram demitidos, sendo 925 pelo PDV (AGÊNCIA BRASIL, 2016). O número de trabalhadores do complexo minerador de Germano era de 1.586 (PERFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2015) e, de acordo com Ministério Público do Trabalho, 2/3 dos funcionários foram demitidos após o desabamento da barragem. A suspensão das atividades da mineradora impactou não somente a arrecadação do município, mas afetou diretamente o mercado local.

A cidade já sentia as consequências da crise financeira e política vivida no Brasil e temendo o agravamento da situação pela suspensão do funcionamento das atividades da empresa, no dia 17 de novembro de 2015 iniciou o movimento *#FicaSamarco* organizado por empresários e entidades civis, realizando a primeira passeata na cidade de Mariana (HOJE EM DIA, 2015).

O movimento foi organizado através da rede social *Facebook* e tinha como lema a frase “Justiça sim, desemprego não”. Posteriormente o lema se transformou em um grupo organizado em torno da proposta de reativação do funcionamento da empresa e combater os privilégios que a mídia e outros grupos de manifestantes – como o Coletivo Um Minuto de Sirene (que, posteriormente criou o jornal *A Sirene*) – que buscavam justiça e reparação para a população atingida e o meio ambiente. Outro movimento que se organizou em torno da volta das atividades minerárias da Samarco foi o *#SomosTodosSamarco* que, a partir da *hashtag*, se consolidou como frente de manifestações na cidade e nas redes sociais. Além das redes sociais, comércios e casas de moradores que faziam parte do corpo de trabalho da empresa também foram palco para manifestações; cartazes em apoio a volta das atividades da empresa foram afixados nas fachadas de lojas e casas e camisetas com o lema das manifestações foram comercializadas pelo comércio local.

A motivação destes grupos estava ligada a ideia de que a população marianense, como um todo, foi atingida pelo desabamento da Samarco e sua paralisação poderia levar a cidade à ruína. De fato, houve grande impacto na economia municipal. Em março de 2016 a cidade

registrou, desde o desabamento, quedas de aproximadamente 60% na economia local, levando ao desemprego aproximadamente 25% da população (PORTAL DA CIDADE MARIANA, 2017). Cerca de 500 pessoas foram às ruas protestar contra a lentidão no processo de volta da empresa (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2016) .

As manifestações da população não-atingida possuíam fundamento, uma vez que a queda na arrecadação da cidade trouxe grandes transtornos para a economia local, porém, juntamente com os protestos em prol da retomada da empresa e da diversificação da economia municipal, houve também a relativização do crime cometido pela empresa. Esse papel foi desempenhado principalmente pela mídia local que, nos meses seguintes ao crime, publicaram matérias que buscaram mostrar os benefícios da empresa na cidade. A publicação veiculada no jornal *Ponto Final*, na segunda semana de fevereiro de 2016, mostra claramente o sentimento que tomou parte da população. Na edição, na sessão Opinião o título logo anuncia o posicionamento do jornal em face à tragédia: “SAMARCO: uma empresa mãe”. O editorial trazia críticas contundentes à mídia nacional que reproduzia cobranças das famílias atingidas, repercutia os desaparecimentos e mortes, além de apresentar, repetidamente, os passos da maior tragédia ambiental do Brasil. O gestor público José Fausto Gomes Ferreira aponta que a mídia, assim como os aproveitadores que estão “tirando proveito da própria desgraça” querem usurpar a empresa Samarco. O gestor compara o crime de Fundão com as enchentes registradas no Rio de Janeiro (2011) e São Paulo (1967), fruto das chuvas de verão. O autor utiliza como fonte de comparação o número de mortos e desabrigados pelas chuvas e, de acordo com o autor, os desabrigados continuam recebendo auxílio moradia até a data da publicação, fazendo uma alusão direta à população reassentada na sede, cujos aluguéis são pagos pela Samarco. Prosseguindo com seu texto o autor enumera o que chama de “assistência” dada às famílias atingidas e finaliza dizendo que “Uma coisa é certa: As comunidades atingidas estão bem melhor que muitas famílias da sede de Mariana” (FERREIRA, 2016).

Além dos meios de comunicação, uma pequena parte dos moradores da sede sentiram-se lesados pelos atingidos, acreditando que a não retomada das atividades da empresa se devia pela pressão da mídia e da população atingida, além dos “altos custos” que a empresa estaria tendo com as indenizações e medidas reparatórias que os atingidos receberam. Foram questionados os valores e locais das casas alugadas para os atingidos, as solicitações e

exigências, o auxílio financeiro que cada família receberia, bem como questionada a validade do direito de reparação da população.

Em postagens feitas no *Facebook*, algumas pessoas entenderam que a população atingida estava se beneficiando da empresa, tirando proveito da situação e exigindo mais do que tinham direito. Outras postagens traziam a ideia de que deveriam ser reparados os prejuízos indiretos causados pelo fechamento da empresa, como desemprego, o fechamento das empresas, e o prejuízo municipal. Ao tratar as medidas emergenciais de reparação como assistencialistas, a população desenvolveu um sentimento de revanchismo para com os atingidos.

Alguns atingidos, em depoimento ao jornal *A Sirene*, relataram sofrer preconceito e discriminação nas ruas e bairros do município. A própria empresa, de certa forma, incentivou esse sentimento na população contradizendo informações sobre o fechamento, as demissões e o pagamento de indenizações. Aproveitando-se destas situações de fragilidade da população, a empresa Samarco buscou formas de desmobilizar a população atingida. Em meio ao turbilhão de acontecimentos surgiu um canal de informação e orientação e reelaboração da memória, voltado para os atingidos: o jornal *A Sirene*.

Os dois primeiros meses após o rompimento da barragem foram marcados por manifestações por parte da população atingida e de órgãos sensibilizados com a tragédia, a grande maioria foi organizada pelos alunos e professores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e pela Arquidiocese de Mariana. Surgiram movimentos como o Um Minuto de Sirene e outros ganharam maior visibilidade, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O jornal *A Sirene* nasceu em 05 de fevereiro de 2016, três meses após o desastre de Fundão com o objetivo de mobilizar, informar e reunir as memórias da população. Até o momento da circulação d'*A Sirene* toda informação acessível ao público permanecia sendo administrada pelos grandes veículos de informação, principalmente televisivas, que, de acordo com os próprios atingidos, filtravam o conteúdo dito, utilizando-o de forma sensacionalista ou distorcida. Além do recorte dado pelas grandes mídias, havia um alto fluxo de informações, propagandas e pronunciamentos dados pela empresa que não correspondiam com a realidade do que estava acontecendo dentro das negociações com a população atingida ou mesmo dentro dos próprios lares.

A primeira publicação do jornal – Edição 0 – traz em seu subtítulo uma espécie de anúncio da intencionalidade do jornal: não deixar que a tragédia seja esquecida. O nome do jornal também faz alusão à sirene, inexistente nas comunidades que ficavam aos pés da barragem e que poderia ter salvado a vida das 19 vítimas do rompimento de Fundão. O Editorial traz um pequeno resumo sobre o que aconteceu após a tragédia, mencionando a pulverização da população e da necessidade de articular a sociedade civil, voluntários e instituições públicas e privadas na busca por justiça e reparação. Outro ponto que é ressaltado frequentemente nos editoriais do jornal trata sobre a construção das pautas e das matérias veiculadas nas edições sendo *A Sirene* “um jornal feito pelos atingidos para os atingidos [...] uma ferramenta de apoio para que a comunicação e a preservação de suas memórias”.

Na edição seguinte o jornal aponta também que sua intenção não é julgar os responsáveis pelo desastre socioambiental nem desempenhar um papel que cabe à justiça, mas como uma voz provisória, paliativa assim como os “ressarcimentos que a empresa tem oferecido aos atingidos para minimizar o prejuízo incalculável”. Além disso, o editorial aponta que o objetivo do jornal também é desconstruir as repercussões carregadas de “preconceito, ódio, descaso e egoísmo”.

Oito meses depois, na edição de novembro de 2016, o editorial retrata como a dependência do minério pela população precisa ser repensada, não apenas pelo aspecto ambiental, mas também humano, uma vez que a história da mineração no Brasil mostra a subordinação da população diante do extrativismo desenfreado. Além das ponderações acerca da mineração, esta edição mostra a preocupação com a reconstrução da memória da população, da memória coletiva e pessoal que cada indivíduo atingido estabeleceu ao longo da existência dos distritos. Em suma, todas as edições publicadas até o momento têm como principal objetivo a salvaguarda e reconstrução das memórias da população, realizando uma espécie de armazenamento documental em formato digital e impresso das lembranças que a população atingida guarda de sua comunidade.

O que o *A Sirene* propõe vai além de um veículo de informação da comunidade; ele atuou como uma espécie de curadoria memorial, em que o espaço está aberto para o recolhimento de histórias, memórias, imagens e recordações de entes queridos e momentos caros à população. Apontamos aqui que este movimento de curadoria das memórias também pode ser compreendido como uma ferramenta de elaboração do evento traumático em que, ao exercer a narrativização do fato, o atingido é capaz de atribuir sentido e exercer o trabalho de luto.

Embora ocupe um papel jornalístico e, portanto, pressupõe-se a imparcialidade, o discurso incorporado pelo jornal é parcial e assume essa parcialidade dentro das escolhas editoriais, das matérias e no tom dado às notícias e denúncias. Tal posicionamento se mostra, em grande medida, como um exercício de empatia para com a população atingida.

Desse modo, percebemos que o trauma sentido após o violento desterramento causado pelo crime de Fundão deixou suas marcas também na experiência de memória das pessoas que ali viviam³. Os discursos, os depoimentos e mesmo os silêncios que são oferecidos pelos atingidos demonstram uma dimensão de afetabilidade que ultrapassa o sentimento de saudade ou de inadequação à situação na qual se encontram. A comunidade que se instalava em Bento Rodrigues via em seu enraizamento comunitário a preservação de sua identidade, bem como a ligação física com as tradições e memórias que foram construídas há várias gerações (ASSMANN, 2011, p. 106-107). O impacto que o crime teve na vida da população não se coloca apenas na destruição de seus bens materiais, mas na reformulação de uma identidade coletiva e individual.

Os critérios de escolha do Novo Bento⁴ demonstram a importância das relações culturais, materiais e físicas têm na elaboração do evento traumático e da reestruturação da memória que, em grande medida, havia sido construída comunitariamente. As predeterminações solicitadas durante o processo de escolha do lugar para a construção da cidade apontam também o desejo de reprodução do local destruído, além da preocupação em preservar o nome “Bento” – embora este seja sempre utilizado precedido pela palavra *Novo*, deixando assim claro que este não é o lugar do qual se originaram. Para que o local de estabelecimento da comunidade fosse escolhido, o terreno deveria atender a uma série de especificações que o tornassem o mais semelhante possível ao distrito destruído: relevo, vegetação, nascentes, constituição do solo, tudo o que permitisse aos atingidos ter o máximo de familiaridade possível com a região. Também os aspectos de vizinhança deveriam ser mantidos. Porém, durante o projeto de urbanismo feito pela Fundação Renova, a empresa

³LaCapra argumenta que o trauma se mostra como um problema a ser abordado dentro da compreensão histórica. A análise dos testemunhos sustenta as preocupações teóricas de quem já sentiu em sua própria existência as “perdas devastadoras”. (LACAPRA, 2005, p. 17-23).

⁴ Foram solicitados, pela população, 17 itens que deveriam constar no novo terreno, sendo a possibilidade de plantio e criação de animais os mais importantes. Após a triagem dos terrenos, realizou-se uma votação entre os 3 terrenos que mais se adequam às necessidades levantadas pela população e as viabilidades de assentamento. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/samarco/releases/Paginas/samarco-informa-avaliando-areas-reassentamento.aspx>>. Acessado em setembro de 2017.

apontou a necessidade de adequar à configuração das casas de acordo com o relevo, com as limitações da região (área de preservação permanente, pântanos e morros) bem como à legislação vigente.

As questões que permeiam o processo de reassentamento dos atingidos vão além do rompimento comunitário. Não estando ligadas apenas ao reestabelecimento dos laços de vizinhança e da mudança para um novo terreno. O humano se coloca no tempo de acordo com as relações que estabelece com seu passado, com os vínculos físicos e emocionais que cria através das memórias, tradições, lugares e objetos (ASSMANN, 2011, p. 259-316). A ruptura que houve entre a população e o local não significa apenas a perda material, mas uma descontinuidade dentro da historicidade do indivíduo, o que implica uma diferente forma de se ver e se colocar no mundo (HARTOG, 2015). Esta possível perda está evidenciada nos discursos produzidos pela população atingida, presentes nas páginas do jornal *A Sirene*, nas postagens que são vinculadas às redes sociais de apoio aos atingidos e nos depoimentos dado às redes de notícias e, principalmente nas publicações que os atingidos fazem no *Facebook*.

Três meses após o crime de Fundão, foi publicada a edição 0 do jornal “*A sirene*”, que traz gravado em seu subtítulo a intencionalidade do discurso produzido naquele jornal: “Para não esquecer”. A revista se posiciona como espaço de união e empoderamento dos atingidos, onde “todo o processo, desde a escolha das pautas até a finalização, foi proposto, acompanhado e validado pelos atingidos” (A SIRENE, 2016, p. 2). Outro ponto focal das publicações é a busca pela preservação das memórias da população, de forma que estas se tornem “seus patrimônios”. O enfoque dado às histórias individuais atua como um elo entre passado, presente e futuro, possibilitando o debate entre as memórias de um local e de uma vida pregressa ao desabamento a realidade na qual essas pessoas se encontram e as possibilidades de futuro que estas prospectam.

Minha proposta inicial para esta dissertação era abordar o jornal *A Sirene* com o foco de análise das memórias e dos discursos narrativos dos atingidos. A possível relação entre o jornal *A Sirene* e os atingidos suscitou a hipótese de que o periódico poderia ser abordado como principal fonte de pesquisa na compreensão dos laços que a população estabelece com a temporalidade e com as afetividades expressas em seus cotidianos após o rompimento de Fundão. Um fator importante que contribui para pensar no jornal como fonte foi a disponibilidade e acessibilidade que ele tem. Até o momento da escrita desta pesquisa, todas as edições do jornal *A Sirene* se encontram disponíveis para visualização e compartilhamento

dentro da plataforma *Issuu*⁵ e do website do jornal⁶. Porém, com o decorrer dos estudos, embarquei em uma jornada de autoconhecimento e de reflexão que gerou questionamentos e análises: me vi em um confronto ético pessoal e acadêmico. Para compreender um pouco dos dilemas e confrontos que moldaram esta pesquisa, preciso apontar fatos que foram determinantes para o percurso e o resultado final desta dissertação.

... Entre barreiras

Durante minha trajetória acadêmica encontrei impasses significativos que atravessaram (e ainda atravessam) minha vivência enquanto mulher negra e periférica. As narrativas pormenorizadas e aprofundadas na academia estão sempre muito distantes de realidades como a minha, já que estas são narradas por *intelectuais*⁷ que, muitas vezes, sequer se aproximaram verdadeiramente de seus objetos de estudo. A ausência de representatividade nos diversos campos historiográficos - principalmente negra, indígena, LGBTQ+ - e o convívio com os amigos(as) engajados na luta pela representatividade e valorização destas intelectualidades excluídas academicamente, possibilitaram que eu refletisse sobre meu papel quanto historiadora, quanto alguém que produz algum tipo de saber.

E foi no livro *Memórias da Plantação* da incrível Grada Kilomba (2019) que compreendi a importância de tomar o conhecimento para si, de sairmos de um local neutro ou subjugado e estabelecer nosso *Eu Intelectual* em nossas produções⁸. Kilomba me mostrou que

⁵ Plataforma desenvolvida para publicações digitais (revistas, catálogos, jornais, etc). De acordo com a descrição do site, ele possibilita que qualquer pessoa com capacidade de *upload* possa disponibilizar suas publicações no mundo em poucos minutos gratuitamente. Disponível em: <<https://issuu.com/about>>. Acesso em agosto de 2020.

⁶<<http://jornalasilrene.com.br/>> Acesso em setembro de 2020

⁷ Trago o termo *intelectuais* em itálico por se tratar de uma noção de intelectualidade masculina, branca e eurocentrada, que, em grande medida é muito distinta e distante da realidade dos brasileiros e brasileiras que agora ingressam no ensino superior.

⁸ Durante o período acadêmico ouvi e li constantemente professores e intelectuais utilizando a expressão “minorias” ao se referirem as populações pretas, indígenas, periféricas, LGBTQI+, entre outras. Por isso gostaria de pontuar uma observação que julgo importante para pensarmos o quão complexa é a utilização desta palavra como referência às diversas expressões e representações humanas, principalmente no meio acadêmico. O termo *minority* derivada do latim *minor + ia* (= é menor que) que tanto pode ser utilizado para designar uma quantidade pequena (conceito quantitativo) quanto o pequeno valor de algo ou alguém (conceito qualitativo). Ao pensar numericamente em todas as expressões e representações humanas que estão encaixadas no termo “minority” vejo que o argumento quantitativo não se sustenta. Utilizando apenas a porcentagem da população declaradamente preta e parda temos 56,2% da população brasileira (de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por

a academia fomenta e sustenta uma estrutura racista, colonial, que, quando não exclui a intelectualidade negra, mina a sua autoestima. Kilomba (2019) descreveu de forma objetiva e clara o que muitos colegas negros e negras viveram; a hermeticidade do saber universitário tolhe novos formatos de produção historiográfica, que não sejam baseados pela tradição, rechaçam novos métodos e “novas configurações de poder e de conhecimento” (KILOMBA, 2019, p. 13). Então, como uma forma de resistência e o com desejo de ocupar este lugar de produtora do conhecimento optei por escrever essa dissertação em primeira pessoa.

Ainda inspirada pelas palavras de Grada Kilomba passei a me questionar acerca da metodologia de construção do saber que eu estava utilizando, das fontes, das narrativas, do lugar de fala... Decerto a História enquanto ciência tem como seu principal objetivo a busca da verdade e o método do qual ela se utiliza perpassa a alteridade e o distanciamento, mas uma questão ecoou inúmeras vezes: o quanto a retórica do distanciamento e da alteridade têm sido mais uma ferramenta de manutenção das narrativas dos vencedores? E mais uma vez Kilomba instigou minhas questões quando coloca que

E escrevo isto não necessariamente por vaidade, mas muito mais para lembrar da importância de um percurso de conscientização coletiva - pois uma sociedade que vive na *negação*, ou até mesmo na *glorificação* da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas. (...) Só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que as muitas identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento: Quem sabe? Quem pode saber? Saber o quê? E o saber de quem? (KILOMBA, 2019, p. 12-13)

Essas questões levantadas por Kilomba (2019) já me inquietavam durante toda pesquisa preliminar, quando eu percebia que as diversas narrativas construídas sobre o crime que devastou vários povoados não eram contadas por eles, ou por pessoas que compartilhassem efetivamente daquela vivência. Que, por mais que os atingidos dessem sua versão dos fatos para a mídia, para os pesquisadores ou mesmo que eles contribuíssem na construção do jornal *A Sirene*, havia ali uma edição que correspondia ao crivo ou curadoria de um terceiro, de alguém ou algo com mais poder, mais representatividade, mais respaldo intelectual ou legal.

Amostra de Domicílios (PNAD) 2019 <<https://bityli.com/qODQU>> acesso realizado em setembro de 2020). Ou seja, se o argumento quantitativo é insustentável, nossa linguagem continua operando em um espectro de opressão, diminuindo, silenciando e abrandando a potência social, cultural e política que estes grupos têm.

Assim como esta dissertação, dezenas de outros trabalhos surgiram construindo e costurando narrativas de diversos ângulos acerca do crime. Estas narrativas não foram construídas pela população atingida. A meu ver, seus afetos, sentimentos, lutas e memórias foram apropriados e *academicizados* para responder, primeiramente, a uma demanda capitalista da qual a ciência brasileira se vê refém (principalmente em tempos de desvalorização das ciências humanas e sociais), e ao monopólio do conhecimento que é característica do ambiente acadêmico.

Essas barreiras que eu e muitos colegas em condições similares encontramos ao ingressar em uma universidade pública não são construídas apenas pelas discrepâncias educacionais que existem no país. Essas barreiras são construídas também por amplas disputas de poder que são possíveis de serem identificadas (...) diferentes tipos de narrativas e as diferentes forças e impactos que elas possuem no panorama histórico que se formou. Principalmente no ambiente digital. Já era meu objetivo abordar a constituição da memória dentro do ambiente digital, especificamente na rede social *Facebook*, porém ao me deparar com essas disputas de narrativa acreditei ser mais importante compreender como e por quem essas memórias são tratadas.

O compartilhamento e o direito de memória

Inicialmente me deparei com um dilema teórico metodológico, imposto pela própria rede, que poderia dificultar o desenvolvimento da pesquisa: como recolher e organizar os dados e as narrativas diante de uma rede social que se fecha cada vez mais para a apuração de dados e conteúdo? A inexistência de softwares ou aplicativos que burlassem o algoritmo Edge Rank e possibilitassem o rastreamento de palavras chaves, pessoas ou lugares me levou a busca de alternativas um pouco menos tecnológicas e automatizadas. Assim conheci a Netnografia digital.

Netnografia digital deriva do modelo etnográfico de pesquisa, que pode ser compreendido tanto quanto método como quanto resultado de uma pesquisa (POLIVANOV, 2013, p. 62). É entendido como uma pesquisa qualitativa cujo objetivo é a interpretação cultural que realiza uma descrição densa de uma cultura. A prática visa não apenas descrever a forma como essa cultura é, mas explicar como as teias de interações, experiências e

dinâmicas resultam em um significado. Sendo assim a Netnografia consiste em uma metodologia interpretativa que procura o significado por trás das expressões presentes no mundo digital.

Uma das pioneiras a tratar a etnografia no âmbito digital foi Cristine Hine (2004) que problematizou e analisou as interações dentro da internet, considerando essas interações sociais como comunidades virtuais e cunhando o termo etnografia virtual. Ao compreender a internet como um local de organização cultural e de criação de comunidades, é possível lançar a hipótese de que a *facebook* tenha sido apropriado pela comunidade de Bento Rodrigues como um ambiente de restabelecimento dos laços comunitários ou, minimamente, de preservação destes laços, tornando-se o que Hine (2004) chama de ferramenta cultural. Ao contrário de Hine, que aborda a internet como um todo, estou tratando aqui de uma plataforma digital que facilita essa organização cultural e a formação de comunidades devido a sua estruturação. Ao realizar uma triagem do conteúdo que pode ou não interessar o usuário, a própria rede o aproxima de outros usuários com as mesmas afinidades e assim induz a formação dessas comunidades.

A análise dentro do *facebook* pode ter seus resultados comprometidos, como em qualquer outra análise etnográfica, pelos fatores externos. No caso desta pesquisa aponto dois fatores externos de grande relevância para os resultados: o algoritmo - que coordena a disponibilidade do conteúdo para seus usuários, baseado em fatores como curtidas, republicações e comentários - e os anúncios patrocinados - que são publicações, postagens e ou páginas que investem financeiramente para que seu conteúdo esteja em destaque na rede. Além disso, também são perscrutados os hábitos digitais destes usuários. Há uma comunicação intrínseca entre os bancos de dados do *Google* e as redes sociais, fazendo com que a bolha de imersão seja maximizada e a eficiência da triagem de conteúdo aumentada.

O pensamento sobre o impacto da internet na forma como nos relacionamos com os outros e com o mundo não é novo dentro das Ciências Humanas e Sociais. Mitsuishi (MITSUIISHI, 2007) buscou compreender como os usuários se relacionam com os computadores e o recente universo da internet, como se apropriam e dão sentido a essas ferramentas. Acredito que foi uma das primeiras vezes em que se pensou a dissolução das barreiras entre o real e o virtual, entre o imaginário e o possível, entre o *self* e o múltiplo, tornando se assim uma experiência única de mudança estrutural para as formas com que nos relacionamos com os outros e com nós mesmos.

Hine (2004) coloca a internet sob dois holofotes: o de elemento cultural e de artefato cultural. A internet de fato é um local onde a cultura é constituída e reconstituída. Sendo assim o *facebook* não se caracteriza exclusivamente como um repositório de memórias ou um palco para interações sociais. Tampouco se pode compreendê-lo como apenas um suporte comunitário. A rede que surgiu com o objetivo de promover a interação entre universitários estadunidenses ganhou proporções grandiosas, mas complexificou e expandiu a tal ponto que se tornou um ambiente em que comunidades reais, virtualizadas, podem se formar e se estruturar de forma hierárquica, segmentada e organizada⁹.

Não apenas uma grande comunidade, como em princípio quis Mark Zuckerberg, mas um amálgama de comunidades que refletem a fragmentação da sociedade contemporânea. Mas será que seria um reflexo, uma consequência ou um prolongamento desse tipo de sociedade?

A tese abordada por Hine (2004) é de que a internet é um espaço distinto da realidade, que online e offline possuem esferas particulares e que essas esferas não se entrelaçam. Porém, durante minha análise sobre os eventos organizados dentro e fora do *facebook* relacionados ao rompimento da barragem percebo que o online e o offline possuem barreiras fluidas e permeáveis, não sendo possível identificar com nitidez as mudanças comportamentais.

A análise dentro do *facebook* também tem seu resultado comprometido, como em qualquer outra análise etnográfica, pelos fatores externos. Nesse caso, chamamos aqui de fatores externos a presença do algoritmo que coordena a disponibilidade do conteúdo para seus usuários, baseado em fatores como curtidas, republicações e comentários. Além disso, também são perscrutados os hábitos digitais destes usuários. Há uma comunicação intrínseca entre os bancos de dados do *Google* e as redes sociais, fazendo com que a bolha de imersão seja maximizada e sua eficiência aumentada.

⁹ Além do caráter comunitário, e porque não memorialístico, a rede se adaptou para uma ferramenta de marketing e economia utilizada por empresas de todos os portes. Essa integração entre social e econômico permitem que o *facebook* seja interpretado como uma representação virtual das complexas redes de comércio que se formam no ambiente real. Dadas as constantes aquisições da corporação, não é possível pensar o *facebook* como uma micro representação do real: parte significativa das ferramentas digitais que organizam, monitoram e compõem o universo real são de propriedade de Mark Zuckerberg.

O *Facebook* atualmente oferece diversas ferramentas que se encarregam de resguardar nossas memórias e lembranças. Diariamente, no topo das *timelines*, aparece um box com o título “Suas lembranças do *Facebook*” cumprindo a função de lembrar a cada usuário o que foi publicado naquele mesmo dia em anos diferentes. Acreditamos que essa necessidade de lembrar as interações que o usuário tem com a rede é fruto de duas possibilidades distintas, mas que caminham lado a lado dentro do processo de esvaziamento da memória no âmbito digital: a) o valor que atribuímos a nós mesmos e as nossas próprias interações dentro da rede; b) a compreensão por parte dos criadores da rede que a quantidade e a velocidade das interações realizadas dentro do *Facebook* não permitem que o usuário crie laços fortes o suficiente para gerar memórias duradouras acerca do que é produzido e/ou publicado dentro da rede.

O crescente aparecimento de grupos que são dedicados a relembrar objetos, programas, músicas, brinquedos, alimentos e até estilos de vida que não mais fazem parte da realidade contemporânea ganham cada vez mais seguidores dentro da rede. Centenas de grupos criados para pessoas que buscam relembrar e trocar informações sobre músicas dos anos 60, 70, 80, 90, grupos de rememoração da infância, onde os participantes encontram um espaço para contar o quanto suas infâncias foram melhores do que a das crianças “de hoje em dia”, ou mesmo compartilhar o saudosismo de produtos que não estão disponíveis mais no mercado e programas de TV que saíram do ar há muito tempo. As páginas também possuem sua função panfletária do passado, ou seja, elas buscam fatos que fizeram parte do cotidiano das pessoas e os reciclam, editando em formatos agradáveis, positivos e chamativos que, em grande medida, contrapõem com o presente. Assim, divulgam diariamente doses de saudosismos como as postagens “Como se achar velho em 1 clique”¹⁰, “25 brinquedos tecnológicos que mais fizeram sucesso nos anos 80 e 90”¹¹, “15 programas de TV que mostram que sua infância foi demais”, que sorvemos com nostalgia e felicidade por termos feitos parte daquele passado.

Neste ponto, é possível notar que o passado deixa de ser uma categoria de tempo e assume a função de representatividade de uma geração, um elemento de unificação das pessoas. A heterogeneidade promovida por diferentes ideologias se dissolve em nome da

¹⁰ <https://www.facebook.com/search/top/?q=Como%20se%20achar%20velho%20em%201%20clique>
Acesso em setembro de 2020.

¹¹ <https://www.facebook.com/groups/342739356742328/permalink/528887994794129/> acesso em maio de 2021

nostalgia e da rememoração e nos possibilita ver em grupos como “Infância anos 80/90”¹² a participação de brancos, negros, orientais, homens, mulheres, ricos e pobres, unidos sob um mesmo propósito: o desejo de relembrar. Mas até que ponto essas memórias são reais para todas as pessoas que participam destes grupos ou “curtem” estas páginas?

O grupo “Infância anos 80/90” conta com a participação de diversas crianças e adolescentes que, mesmo sem compartilharem suas experiências, curtem e comentam as experiências postadas pelos outros participantes. Ou seja, apesar de não terem vivenciado esse passado de uma forma direta, o compartilham através dos relatos e afetividades depositadas por outros integrantes do grupo. Outro ponto que sustenta nossas hipóteses é o grande número de pessoas que nasceram entre os anos de 1995 / 1999 compartilhando ou curtindo páginas como “Anos 90, que saudade”. Ou seja, o fascínio que a memória exerce não tem uma relação inteiramente ligada à vivência de um passado, mas também ao desejo de ter vivido aquele passado, ou mais, ao sentimento de pertencimento a determinado passado. Apenas por ter nascido na década de noventa, as pessoas se sentem portadoras daquelas lembranças, como algo inato, ou como uma memória coletiva.

Então, poderia compreender a memória compartilhada dentro do *Facebook* como uma espécie de produto que é consumido independente da vivência real de cada indivíduo? Ela pode ser adaptada de acordo com a necessidade de cada usuário ou mesmo de grupos inteiros? A resposta para estas questões se mostra mais complexa do que um “sim” ou “não” podem explicar. Ao abordar as influências da web 2.0 na vivência do humano, Sibila levanta questões importantes para a compreensão das mudanças na construção da memória no espaço digital:

Como influem todas as mutações na criação de “modo de ser”? De que maneira elas acabam nutrindo a construção de si? Em outras palavras, de que modo essas transformações contextuais afetam os processos pelos quais alguém se torna o que é? Não há dúvidas de que tais forças históricas imprimem sua influência na conformação dos corpos e das subjetividades: todos esses vetores socioculturais, econômicos e políticos exercem uma pressão sobre os sujeitos dos diversos tempos e espaços, estimulando a configuração de certas formas de ser e inibindo outras modalidades. (SIBILIA, 2008) (SIBILIA, 2008)

¹² <https://www.facebook.com/groups/infanciadosanos80> acesso em setembro 2020.

A dialética entre afeto e liberdade de expressão e verdade no *facebook*

Considerando o ambiente comunitário construído dentro das redes sociais e levando em conta a cibercultura que se forma e consolida a cada avanço tecnológico, compreendemos que, como em qualquer comunidade, a tradição compartilhada e incorporada pelos membros dos grupos pode caracterizar ou constituir a identidade daqueles usuários (LÉVY, 1999). Porém, assim como as memórias formadas têm como característica a instabilidade e efemeridade, a tradição compartilhada pode ser “trocada” por outra tradição ao passo de um clique, subordinadas às mudanças de interesse do usuário.

Pessoas que publicam comentários de cunho desrespeitoso, ofensivo ou desprovido de empatia, o fazem não apenas sob o referencial da falta de respeito ou da exibição, mas também pelo medo de ser esquecido (HUYSSSEN, 2004, p. 15). Ao emitir sua opinião, o usuário deixa, mesmo que de forma efêmera, sua marca no mundo suprimindo assim a necessidade de não ser esquecido. A luta contra o esquecimento é uma característica da sociedade contemporânea. Através das redes sociais criamos museus de nós mesmos que alimentam a individualidade e o egoísmo característicos de uma sociedade que pode ser entendida como uma sociedade do espetáculo. Além de promover o distanciamento entre o eu e o outro, ao alimentar o individualismo, alimenta-se também o esquecimento através do esvaziamento da memória. Inicialmente percebo a contemporaneidade como um momento histórico de produção de memórias e a musealização do eu como um aumento ou valorização da memória, mas a questão que permanece sem resposta adequada é qual tipo de memória estamos criando ao preenchermos nossos perfis de fotos e insuflarmos nossas *timelines* de acontecimentos?

O humanismo antropocêntrico mostra-se correto ao responsabilizar o humano diante dos desdobramentos políticos e sociais. Ainda mais quando pensado a partir do papel das tecnologias na estruturação social. Tal tecnologia é desenvolvida por humanos, para humanos com o objetivo de suprimir ou, amenizar, o esforço do homem. Abordo o esforço como o ato de deslocar-se (ou ser deslocado) de um estado de conforto estabilidade para um estado de instabilidade e mudança.

A tecnologia, em grande medida, se coloca como um fator de diminuição destes abalos. O algoritmo desenvolvido pelo *Facebook* tem como objetivo transformar a rede em um local de conforto, minimizando eventos que potencialmente mereceriam um “*dislike*” ou que causasse um sentimento de repulsa. O fator homogeneizador que as tecnologias

proporcionam e a sensação de compreensão e aceitação que o mundo real não é capaz de fornecer. No avesso da tela o mundo constantemente coloca em xeque a estabilidade e conformidade humana através de fatores que são externos às decisões humanas: fome, doença, morte, desigualdade social, etc.

As tecnologias também podem ter causado mudanças na compreensão de experiência e, conseqüentemente, mudanças na forma como a memória é formada e percebida; uma vez que ela também se constrói pela via da experiência.

Na esfera digital os usuários assumem uma “persona virtual” que, amparada pela ilusão do anonimato, se comporta de maneira distinta da “persona real”. Mas o que configura essa ideia de “personas”? Tomamos aqui o termo persona como o empregado no Teatro que se trata de “um papel social ou personagem vivido por um ator (...), um tipo de máscara feita para ressoar com a voz do ator”¹³. Dentro da comunidade real representamos nossos papéis de acordo com as regras sociais que nos são impostas pelo meio. Agentes reguladores como a lei, a tradição e a família influenciam e limitam a atuação destes papéis, moldando-os, de certa forma. Já na comunidade virtual esse agente regulador deixa de existir em razão do ideal de anonimato. Ao não sermos reconhecidos e imputados por nossos atos, alimentamos sensação de liberdade e permitimos o surgimento de uma “persona virtual” que, incentivada pela possibilidade de impunidade, se permite cometer atos que vão desde a falta de respeito (como no caso de Fabíola) a cibercrimes, como as vinganças pornográficas.

Esta “persona virtual” não está isolada dentro do âmbito digital, mas constitui o homem tecnológico que é composto pela miscigenação entre o real e o virtual. A partir deste pressuposto podemos compreender o impacto que o mundo digital tem na formação das memórias que chamaremos aqui de artificiais e, também, no excesso de esquecimento que vivenciamos na contemporaneidade.

Entender que o fato da tecnologia responder a uma demanda humana não significa que ela seja, em suma, benéfica à sociedade. Os avanços tecnológicos proporcionaram a dissolução do privado em relação ao público. Byung-Chul Han (HAN, 2017, p. 55-74) trata a modernidade como a era da pornografia, onde o privado e o público não se distanciam o suficiente para que haja uma separação entre o que se guarda e o que se expõe. Essa ausência de distanciamento proporciona a falta de respeito. Uma combinação entre a ideia de anonimato, excesso de afeto, dissolução do respeito e simetria na comunicação promovem

¹³Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Persona_\(teatro\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Persona_(teatro)). Acessado em 2 de Maio de 2019

ondas de indignação, carregadas de raiva. No caso do desabamento da barragem de Fundão fica nítida a dissolução destas barreiras.

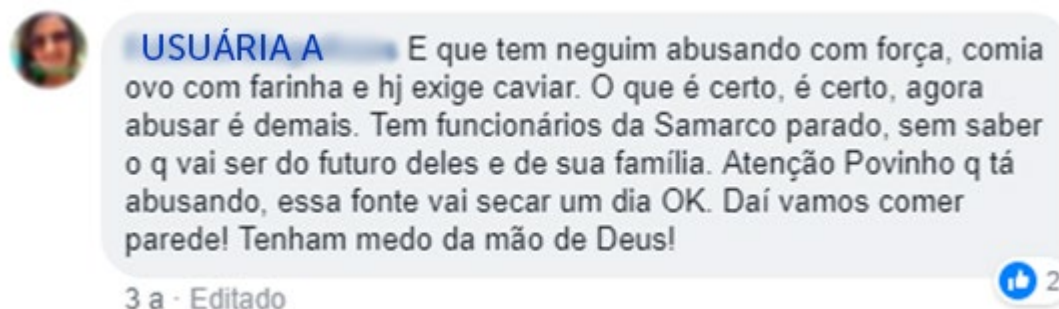


Figura 1: Postagem retirada da página do Facebook "Fica Samarco" feita pela usuária Usuária A.

Usuários como a *Usuária A* são exemplos de como as redes sociais são carregadas de reações imbuídas de raiva e ausência de respeito. A empatia, uma vez que depende da capacidade de se deslocar do próprio ego e remeter o olhar em direção ao outro, é comprometida. Esse movimento de condenação do outro tornou-se lugar comum em discursos onde se estabelece uma dicotomia entre pessoas afetadas pela tragédia e pessoas que se posicionam a favor dos causadores da tragédia. No comentário realizado pela usuária A podemos ver um discurso cheio de afeto e pouco coerente diante da perda e da devastação da vida das pessoas que tiveram suas casas, memórias e histórias destruídas pelo descaso. A Usuária A não relativiza a tragédia, mas utiliza expressões pejorativas como “comia ovo com farinha” para designar a forma de vida anterior ao crime e de “abuso” as medidas reparativas preliminares que receberam.

Já no comentário apresentado abaixo, a Usuária B relativiza a responsabilidade da empresa Samarco a partir da sua vivência como funcionária. A usuária diz não ser alienada à responsabilidade da empresa, mas que não se deve cobrar tudo dela, pois não é a única responsável. Por mais que Usuária B se diga consciente da responsabilidade da empresa, não acredita que esta tenha plena responsabilidade pelo desabamento. Essa relativização promovida pelos discursos veiculados nas redes sociais pode ser compreendida como a

recriação de uma verdade alternativa¹⁴ em que a empresa Samarco não é mais a algoz das 300 famílias residentes em Bento Rodrigues, mas uma coautora do ato e, em certa medida, vítima da uma exploração constante.

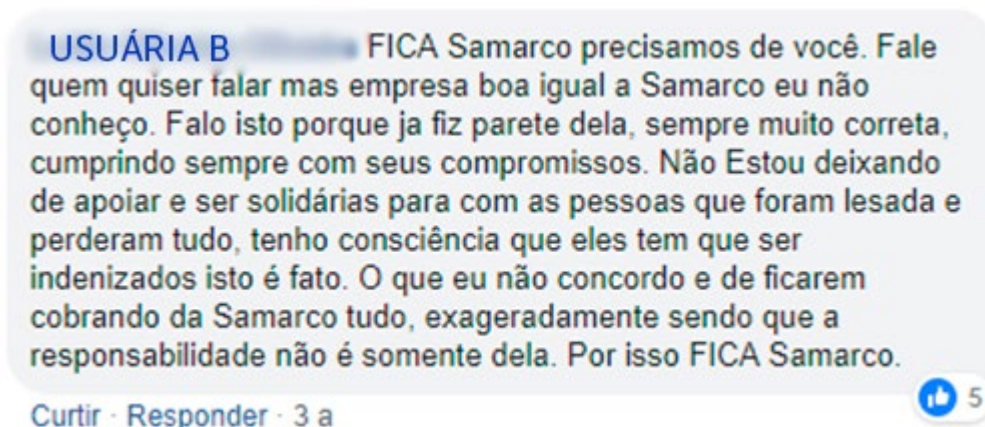


Figura 2: Postagem retirada da página do Facebook "Fica Samarco" feita pela usuária Usuária B.

Elementos abordados por Byung-Chul Han (HAN, 2018) podem ser facilmente encontrados nos discursos veiculados nas redes sociais. Individualismo, egoísmo, ausência do afeto, aniquilação das diferenças são características de uma sociedade que se baseia em uma positividade sufocante, em que as pessoas se mantêm em bolhas ideológicas e morais onde o que não é positivo deve ser expulso.

A comunidade em bolha também pode ser entendida através da ideia de uma sociedade homogênea. Embora vivenciamos a fragmentação de grupos de acordo com nichos que vão desde gênero à faixa etária, essa fragmentação pode ser percebida como um sintoma da homogeneidade; nos grupos, cada vez mais setorizados, não há espaço para as diferenças. Toda diferença é tratada como perigosa, como uma agressão ao grupo, um mal a ser extirpado. Essa intolerância com o diferente também contribui para os rompantes de ira e com a ausência do respeito. Os algoritmos das redes *Facebook* e *Instagram* reforçam esse comportamento.

O EdgeRank é o algoritmo responsável pela criação dessas bolhas. Seu funcionamento se baseia em três setores: afinidade, relevância e tempo. A afinidade é um

¹⁴ Byung-Chul Han utiliza o termo “mundo alternativo” para qualificar a forma como o humano lida com o digital no que tange a possibilidade de recriação da realidade. Desdobramos a ideia de mundo alternativo para compreender a pluralidade de narrativas acerca do desabamento de Fundão como um exemplo de verdade alternativa.

conjunto de repetições de interações positivas como curtir, compartilhar, clicar, comentar. Ela é determinada pelo número de interações que um usuário tem com um amigo, página ou grupo da rede. Ou seja, a afinidade se constrói a partir da positividade, sendo assim, o reforço pelo positivo garante que o usuário seja imerso no que lhe é agradável, nunca o contrário. A Relevância se trata do peso que cada ação do usuário tem diante do conteúdo, escalonando assim as interações que constroem a afinidade. Por exemplo, o comentário possui mais impacto no cálculo do algoritmo que o ato de curtir de uma publicação. A métrica para tal gira em torno do grau de envolvimento que o usuário tem com o conteúdo. Já o tempo, último setor de análise do algoritmo, refere-se à imediaticidade. Quanto mais recente o conteúdo, maior a chance de ser visto na *timeline* do usuário. Entendendo o funcionamento do EdgeRank é possível compreender como as bolhas se formam.

Conclusão: a opinião na palma das mãos

Ao estabelecer prioritariamente o conteúdo de afinidade e o reforço pelo estímulo positivo, o usuário é adestrado pelos seus próprios hábitos na rede. Ao inaugurar a funcionalidade de “reações” na rede, alguns usuários questionaram a ausência do botão *unlike/dislike*. A resposta da empresa é que a implementação tornaria a interação binária e pouco complexa e que isso não reflete a sofisticação que as pessoas esperam nas interações (EXAME, 2016). Porém, mostra-se uma inverdade, uma vez que fora da esfera digital nos deparamos com diversificadas possibilidades de interação, reações e humores diante dos acontecimentos.

Nesse sentido, cabe dizer que a relação entre o humano e a temporalidade passa por um constante e rápido processo de transformação e reorganização, afetando a forma como nos relacionamos com o tempo, com o espaço e com os outros seres humanos. Embora estas mudanças se devam a um conjunto de fatores, a revolução tecnológica se mostra um dos principais pilares para estas mudanças na atualidade. A possibilidade de transpormos barreiras geográficas, de nos reinventarmos no ciberespaço e de armazenarmos e processarmos milhares de milhões de informações por segundo possibilitou que houvesse mudanças significativas na forma como a memória é compreendida na modernidade.

Essas mudanças na forma como compreendemos e lidamos com a memória pode ser compreendida como um reflexo da forma como consumimos e incorporamos as tecnologias

em nosso dia-a-dia. Pierre Lévy em *Cibercultura* (LÉVY, 1999) aponta que não podemos reduzir a descrença com o futuro pós Grandes Guerras, como a responsável pelo esvaziamento de sentido da memória, mas é preciso compreender essas mudanças como o resultado das amplas possibilidades que as tecnologias recentes proporcionaram ao humano. Rapidez, fluidez e instantaneidade das informações, imediatismo e consumismo e dissolução das fronteiras espaciais não podem ser analisados pelo viés dicotômico de bons e maus para a sociedade. A tecnologia não é algo autônomo, capaz de ditar como lidamos com a memória e com a temporalidade. Como qualquer produção humana, o surgimento de tecnologias de memória responde a necessidades humanas, produzidas em grande medida, pelas dinâmicas e demandas sócio-coletivas.

Um exemplo é a criação do *Facebook*. O surgimento da plataforma, que hoje é um dos maiores empreendimentos digitais do mundo, surgiu da necessidade de um aluno introspectivo (Mark Zuckerberg) de realizar interações sociais que não conseguia no plano real. Além da necessidade humana, a tecnologia caminha também de acordo com necessidades mercadológicas impostas ou demandadas pelo capitalismo. As transformações que o *Facebook* passou ao longo dos anos retrata como estas duas categorias – social e capital – estão atreladas no chamado progresso tecnológico.

Em um primeiro momento o *Facebook* funcionou como forma de conexão entre pessoas que, no mundo real, não teriam oportunidade de estabelecerem estas interações. Hoje o *Facebook* é um dos maiores bancos de dados sobre pessoas do mundo – apenas no Brasil, estima-se que sejam 127 milhões de usuários mensais. A expansão da rede social provocou mudanças no seu foco. Hoje é possível compreendermos o *Facebook* como uma grande ferramenta mercadológica e política, cujo intuito não se encontra apenas na interação entre pessoas e grupos, mas em amplos setores onde o capitalismo e a política atuam: a arrecadação de informações que podem ser comercializadas a partir de segmentações como gênero, idade, escolaridade, posicionamento político, religioso, etc. Estas mudanças não são apenas uma resposta à necessidade humana, mas uma resposta a uma necessidade de expansão do capital.

Sendo assim, não acredito ser possível compreender os reflexos da tecnologia apenas como um desencanto com o futuro, mas sim como um amálgama de fatores que respondem desde a necessidade humana até a necessidade do capital, como aponta Paula Sibila:

Nas últimas décadas, a sociedade ocidental tem atravessado um turbulento processo de transformações, que atinge todos os âmbitos e leva até a insinuar uma verdadeira ruptura em direção a um novo horizonte. Não se trata

apenas da internet e seus universos virtuais para a interação multimídia. São inúmeros indícios de que estamos vivenciando uma época limítrofe, um corte na história; uma passagem de certo “regime de poder” para outro projeto político, sociocultural e econômico. (...) Nesse movimento, transforma-se também os tipos de corpos que são produzidos no dia-a-dia, bem como as formas de ser e estar no mundo que são “compatíveis” com cada um desses universos. (SIBILIA, 2008, p. 15)

Podemos pensar esse amálgama através da ferramenta mais recente implantada pelo *Facebook*: o reconhecimento facial. Para compreendermos o processo que levou ao desenvolvimento desta ferramenta, precisamos compreender o papel da fotografia para o *Facebook*. Quando a rede surgiu à possibilidade de uploads de fotos era restrita a menos de uma dúzia por perfil. O usuário precisava realizar uma escolha através de fotos que mais o representavam. Atualmente é possível realizar o upload de incontáveis números de fotos, agrupando-as e organizando-as em álbuns, em fotos onde fomos marcados, fotos “com você”, fotos de perfil e outros. Sendo assim, ao longo dos anos de utilização da rede, construímos um Museu do Eu¹⁵, onde nosso envelhecimento, mudanças de cores e cortes de cabelos, barbas etc. são acompanhadas pela rede através das nossas publicações ou de brincadeiras e desafios, aparentemente, inocentes. O comportamento de auto musealização incentivado pelo *Facebook* proporcionou o aprimoramento da tecnologia do reconhecimento facial e, também, a disputa pela aquisição destes bancos de dados que se formaram.

Ao instaurar o reconhecimento facial, o *Facebook* teve acesso às diferentes nuances faciais das pessoas. Cada vez mais ferramentas tecnológicas utilizam o reconhecimento facial como uma funcionalidade de suas redes. O *Google Fotos*, por exemplo, é capaz de identificar e agrupar fotos em que existem uma ou mais pessoas, animais, paisagem e, ao indicarmos o rosto de alguém nas fotos, ele também agrupa as fotos de acordo com quem aparece. A precisão destas ferramentas é impressionante, tendo uma margem de erro bem pequena em

¹⁵ O que chamo aqui de Museu do Eu pode ser compreendido através da possibilidade de armazenarmos e expormos tudo o que diz respeito a nós mesmos, seja no âmbito imagético ou biográfico. As redes sociais com suas *timelines* possibilitam que criemos a linha do tempo de nossa vida, tornando público todo e qualquer dado que antes seria atrelado ao mundo privado ou ao universo das interações sociais próximas. As trocas de emprego, inícios e fins de relações, trajetória acadêmica, nascimento e morte, tudo isso é compartilhado de forma pública para milhões de pessoas. Embora haja a possibilidade de se restringir o conteúdo publicado aos amigos, a proposta da rede é que o usuário maximize o número de interações, um traço da era da tecnologia: a quantidade em detrimento da qualidade. Páginas e perfis são comercializados na busca pelo maior alcance de visualizações e likes. O impulsionamento oferecido pela plataforma promete ultrapassar as limitações da setorização feita pelos algoritmos e divulgar marcas, vídeos e pessoas para o maior número de usuários. Claro, o maior número de acordo com o quanto estamos dispostos a pagar.

relação aos acertos. Em uma das recentes atualizações do *Facebook*, a rede é capaz de reconhecer quem está na imagem a partir de suas conexões, cruzando dados de imagens de outros usuários ao perfil que se encontra na foto que foi carregada.

Os dados recolhidos pelo reconhecimento destes dois aplicativos podem ser facilmente incorporados por empresas ou órgãos de segurança, como o FBI. Poderia soar como uma teoria da conspiração ou enredo de filmes como *Minority Report*, porém empresas já incorporam esses tipos de tecnologia para obter os dados da recepção do público aos seus serviços ou produtos (RUNRUN.IT). A escritora Kate O’Neil (O’NEILL, 2019), especialista em tecnologia e privacidade, escreveu sobre um desafio recente feito nas redes sociais. Trata-se do *#10YearChallenge*. A brincadeira consiste em publicar uma foto de 2009 e outra de 2019 ao lado. A autora aponta que, embora possa ser uma brincadeira aparentemente inofensiva, ao colocarem as fotos cronologicamente ordenadas em uma mesma imagem, a diminuição de ruídos e falso-positivo em algoritmos de reconhecimento facial torna o mapeamento muito mais preciso.

Após a repercussão da publicação da autora, o *Facebook* se manifestou dizendo que não recolheu nenhum tipo de dado e que a qualquer momento o usuário pode escolher desativar o reconhecimento facial. No artigo a autora também recorda da extração de dados realizada nos EUA pela *Cambridge Analítica*. Sendo assim, não se trata de uma teoria da conspiração ou de uma ficção para enredos cinematográficos, mas uma realidade presente, muitas vezes, na palma de nossas mãos.¹⁶ O’Neill finaliza seu texto dizendo que “os humanos são o elo de ligação entre os mundos físico e digital”. Sendo assim, reforçamos que tecnologias não são autônomas diante do social, mas sim uma criação cuja empregabilidade do sentido e da função, depende do desejo humano em face à sua realidade.

Assim, não digo, de forma alguma, que tais eventos, como o que ocorreu em Bento Rodrigues, não devam ser historicizados e compreendidos à luz da metodologia e da ciência, mas proponho, no *podcast*, problematizar até que ponto o excesso historicização não silenciou as vozes e os anseios dessas pessoas que perderam seus lares, seus animais, suas rotinas, seus bens materiais: até que ponto a produção acadêmica em massa (e por vezes oportunistas) não invalida as narrativas dos sujeitos afetados acerca do fato? Nosso trabalho historiográfico acerca de grandes desastres responde a uma necessidade da manutenção de uma elite

¹⁶ O’Neill aponta também que a empresa Amazon implantou em 2016 o reconhecimento instantâneo e, desde então, passou a vender estes serviços para agências governamentais e policiais nos EUA.

intelectual aos moldes coloniais ou da ampla compreensão dos fatos? Qual o impacto real que todos os estudos produzidos até o momento sobre o crime de Fundão tiveram na vida da população atingida? E qual o legado que estas dezenas de estudos acadêmicos deixaram para que se pudesse evitar ou atuar em eventos como o de Brumadinho? Não é meu intuito realizar uma crítica epistemológica sobre a História, mas sim expor as inquietações que me levaram a redirecionar minha abordagem diante do tema escolhido, como todos que escutarem o *podcast* perceberão.

Bibliografia

A SIRENE, J. *Jornal A Sirene - Ed 0. Issu*, 2016. Disponível em:

<https://issuu.com/jornalasirene/docs/sirene_final_diogo_bx>. Acesso em: Maio 2019.

AGÊNCIA BRASIL. Acordo amplia benefícios de empregados demitidos pela Samarco.

Agência Brasil, 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/acordo-amplia-beneficios-de-empregados-demitidos-pela-samarco>>. Acesso em: 04 Fevereiro 2019.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação: Formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BOYM, S. **El futuro de la nostalgia**. Madrid: A. Machado Libros, 2015.

BRASIL. Lei nº 12.334, de 20 de set. de 2010. **Política Nacional de Segurança de Barragens**, Brasília, DF, Set 2010. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12334.htm>.

BRASIL. **Parecer 00015/1984/100/2013**. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Belo Horizonte, p. 30. 2013.

ESTADÃO. Um mês após tragédia em Mariana só 51 famílias estão em casas. **Estadão**, 2016. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,um-mes-apos-tragedia-em-mariana--so-51-familias-estao-em-casas,10000003688>>. Acesso em: 29 Dezembro 2018.

EXAME. Facebook explica por que não criou botão de “dislike”. **Exame**, 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/facebook-explica-por-que-nao-criou-botao-de-deslike/>>. Acesso em: 20 março 2019.

FERREIRA, J. F. G. Samarco: Uma empresa mãe. **Jornal Ponto Final**, Mariana, n. 1035, p. 2, 05 a 11 Fevereiro 2016. Disponível em:

<<http://www.jornalpontofinalonline.com.br/download-jornal-informativo/8c893e55625bcedde3e7907daf39af9464045>>.

GONÇALVES, F. E. M.; NASCIMENTO, B. J. D.; SILVA, A. L. D. Bento: um lugar de encantos. In: _____ **Coleção Bento: passado, presente e futuro**. Mariana: Escola Municipal de Bento Rodrigues, 2017.

HAN, B. -C. **No enxame - Perspetivas do digital**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

_____, B.-C. **Agonia do Eros**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HARTOG, F. **Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. 1ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

HINE, C. **Etnografia virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

HOJE EM DIA. Ruas de Mariana serão ocupadas por ato a favor de mineradora. **Hoje em Dia**, 2015. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/ruas-de-mariana-serão-ocupadas-por-ato-a-favor-de-mineradora-1.330892>>. Acesso em: 04 Fevereiro 2019.

HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Acompanhamento da Qualidade das Águas do Rio Doce Após o Rompimento da Barragem da Samarco no distrito de Bento Rodrigues – Mariana/MG**. Instituto Mineiro de Gestão das Águas. [S.l.], p. 29. 2015.

_____. **Encarte especial sobre a qualidade das águas do Rio Doce após 3 anos do rompimento da Barragem de Fundão 2015/2018**. IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Belo Horizonte, p. 65. 2018.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Passeata pelo retorno das atividades da Samarco reúne 500 em Mariana. **Estado de Minas**, 2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/12/interna_gerais,742763/passeata-pelo-retorno-das-atividades-da-samarco-reune-500-em-mariana.shtml>. Acesso em: 18 Janeiro 2019.

_____. Samarco quer demitir 1,2 mil empregados por meio de plano de incentivo voluntário. **Estado de Minas - Gerais**, 2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/06/26/interna_gerais,777154/samarco-quer>

reduzir-40-do-quadro-de-pessoal-com-plano-de-demissoes.shtml>. Acesso em: 04 Fevereiro 2019.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação - Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLEM, B. S.; PEREIRA, M. H. D. F.; ARAUJO, V. **Do Fake ao Fato: des(atualizando) Bolsonaro**. Vitória: Editora Mil Fontes, 2020.

LACAPRA, D. **Escribir la historia, escribir el trauma**. 1ª. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 2ª. ed. São Paulo: 34, 1999.

MITSUISHI, Y. Entre graphos e ethos: uma abordagem crítica a etnografia virtual. In: RIBEIRO, J. D. S.; BAIRON, S. **Antropologia Visual e Hiperfídia**. Lisboa: Edições Afrontamento, 2007.

O'NEILL, K. Facebook's '10 Year Challenge' is just a harmless meme — right? **Wired**, 2019. Disponível em: <<https://www.wired.com/story/facebook-10-year-meme-challenge/>>. Acesso em: 20 Março 2019.

PEREIRA, M. H. D. F.; BIANCHI, ; SANTOS DE ABREU,. Popularizações do passado e historicidades democráticas: escrita colaborativa, performance e práticas do espaço. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 279 - 315, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310242018279>>. Acesso em: 03 Novembro 2021.

PEREIRA, M. H. D. F.; MARQUES, M.; ARAUJO, V. **Almanaque da Covid-19: 150 dias para não esquecer ou a história do encontro entre um presidente fake e um vírus real**. Vitória: Mil Fontes, 2020.

PERFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. Prefeitura de Mariana contabiliza prejuízos. **Perfeitura Municipal de Mariana**, 2015. Disponível em: <<http://www.mariana.mg.gov.br/noticia/2962/prefeitura-de-mariana-contabiliza-prejuizos>>. Acesso em: 04 Fevereiro 2019.

_____. Prefeito dribla crise e garante o pagamento do 13º dos servidores. **Prefeitura Municipal de Mariana**, 2018. Disponível em:
<<http://www.mariana.mg.gov.br/noticia/5019/prefeito-dribla-crise-e-garante-o-pagamento-do-13-dos-servidores>>. Acesso em: 04 Fevereiro 2019.

POLIVANOV, B. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 61-71, dezembro 2013.

PORTAL DA CIDADE MARIANA. Número de desempregados em Mariana passa de 14 mil. **Portal da Cidade Mariana**, 2017. Disponível em:
<<https://mariana.portaldacidade.com/noticias/educacao/numero-de-desempregados-em-mariana-passa-de-14-mil>>. Acesso em: 15 fevereiro 2018.

RUNRUN.IT. Blog. **Runrun.it Blog**. Disponível em: <<https://blog.runrun.it/reconhecimento-facial/>>. Acesso em: 27 março 2019.

SAMARCO. Sustentabilidade. **Samarco Mineração**, 2019. Disponível em:
<<https://www.samarco.com/sustentabilidade/>>.

_____. Barragens - Samarco. **Site da empresa Samarco**. Disponível em:
<<https://www.samarco.com/barragens/>>. Acesso em: Janeiro 2019.

SANTOS, J. A responsabilidade da Samarco. **Jornal da Unicamp ON - Edição Web**, 2018. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/01/29/responsabilidade-da-samarco>>. Acesso em: Janeiro 2019.

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clinica**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SERRA, C. **Tragédia em Mariana**: a história do maior desastre ambiental do Brasil. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SIBILIA, P. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.